



Número: **0801688-07.2023.8.19.0081**

Classe: **AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Itatiaia**

Última distribuição : **25/10/2023**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Falsidade ideológica - art. 299**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AUTOR)			
ROBERTO FERREIRA GOMES (RÉU)			
NATACHA RICHARD DE CARVALHO ROCHA (RÉU)			
PATRICK MOTTA NOGUEIRA (RÉU)		CLAUDIO AZEVEDO IMPROTA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
112120349	11/04/2024 16:51	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**

**Comarca de Itatiaia**

**Vara Única da Comarca de Itatiaia**

Rua São José, 210, Centro, ITATIAIA - RJ - CEP: 27580-001

**DECISÃO**

Processo: 0801688-07.2023.8.19.0081

Classe: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)

AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RÉU: ROBERTO FERREIRA GOMES, NATACHA RICHARD DE CARVALHO ROCHA, PATRICK MOTTA NOGUEIRA

1) Apresentada defesa prévia pelo acusado Patrcick Motta Nogueira, não verifico preenchidas quaisquer das hipóteses previstas no artigo 397, CPP, razão pela qual ratifico o recebimento da denúncia. Aguarde-se a formação da relação processual com os demais réus para designação de AIJ.

2) O Ministério Público indicou as razões para o não oferecimento de acordo de não persecução penal (ANPP), sendo que não há direito subjetivo à celebração do referido acordo, conforme orientação sedimentada pelo STJ: "*O acordo de não persecução penal (ANPP) não constitui direito subjetivo do investigado, podendo ser proposto pelo Ministério Público conforme as peculiaridades do caso concreto e quando considerado necessário e suficiente para a reprovação e a prevenção da infração penal.*" (AgRg nos EDcl no RHC n. 169.649/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 26/2/2024, DJe de 29/2/2024).

Diante do exposto, indefiro a remessa dos autos ao PGJ, uma vez justificado o não oferecimento de ANPP pelo órgão ministerial.

3) Passo à análise da medida cautelar imposta. Conforme se verifica, o acusado teria inserido declaração falsa em folha de ponto, em contexto no qual vinculado à gabinete de vereador no qual havia outros funcionários na mesma situação. Sopesando-se o quanto trazido pelo acusado, verifico que a situação se deu em situação em que exercia cargo comissionado no gabinete do vereador EDUARDO DE ALMEIDA PEREIRA, o qual encontra-se afastado do cargo por decisão judicial



(processo nº 0801683-82.2023.8.19.0081). Ademais, o acusado vinha exercendo função junto ao CTDCA de Itatiaia, tendo sido eleito para tal mister. Portanto, verificando-se que o acusado foi escolhido em eleição para ser conselheiro tutelar e não havendo, em um primeiro momento, relação entre as funções desse cargo e o que exercia à época dos fatos, bem como inexistindo exercício de cargo, no presente momento, pelo vereador em cujo gabinete o acusado exercia cargo comissionado, deve ser limitada a medida cautelar ao exercício de funções públicas e ingresso junto à Câmara Municipal de Itatiaia, ficando permitido o exercício da função de Conselheiro Tutelar, para o qual foi regularmente eleito.

Ante o exposto, substituo a medida cautelar imposta ao acusado, de suspensão de toda e qualquer função pública, para proibição de acesso ou frequência à Câmara Municipal de Itatiaia, nos termos do art. 319, II, CPP.

Em consequência, autorizo o exercício da função de conselheiro tutelar ao acusado Patrcik Motta Nogueira.

Oficie-se ao CTDCA de Itatiaia, comunicando-se acerca da presente decisão.

4) Expeça-se ofício à Câmara Municipal de Itatiaia para que junte aos autos, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do ato de nomeação e exoneração dos denunciados datados de 2019, conforme decisão ID 87583541.

5) Certifique-se há CD relacionado aos autos acautelado em cartório.

6) Expeçam-se mandados de citação aos acusados Roberto e Natacha.

ITATIAIA, 11 de abril de 2024.



FERNANDO LUCCHINI PONTES NOGUEIRA  
Juiz Titular

